

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E19	<p>A economia numa perspectiva interdisciplinar 3 [recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-105-3 DOI 10.22533/at.ed.053201506</p> <p>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Economia – Pesquisa – Brasil. I. Senhoras, Elói Martins.</p> <p style="text-align: right;">CDD 330</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O campo científico da Economia surge como um dos grandes expoentes da emergência do movimento Iluminista no século XVIII e desde então tem passado por diferentes revoluções e movimentos epistêmicos que procuraram, tanto, fomentar uma construção científica autônoma, quanto, engendrar interações com outros campos do pensamento humano.

Tomando como referência uma abordagem absorvente e relacional, o presente livro, “A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar 3”, vem corroborar com o campo epistemológico de Economia no Brasil e em Portugal a partir de uma agenda de estudos que se fundamenta na pluralidade de vozes e discursos.

Resultado de trabalho coletivo de diferentes pesquisadoras e pesquisadores portugueses e brasileiros, oriundos das macrorregiões Sul, Sudeste e Norte, este livro traz uma rica pluralidade de debates e análises que fortalecem a compreensão interdisciplinar existente no campo epistemológico da Economia.

Organizado em treze capítulos, as pesquisas presentes nesta obra foram estruturadas com base em um convergente método dedutivo, no qual partiu-se de marcos de abstração de modelos, teorias e análises históricas até se chegar à análise empírica específica da realidade concreta e dos respectivos objetos de estudo.

A natureza exploratória, descritiva e explicativas dos capítulos caracterizou-se por uma abordagem quali-quantitativa que partiu dos procedimentos de revisão bibliográfica e documental no levantamento de dados, combinada ao uso de técnicas de hermenêutica e modelagem econômica, bem como análise gráfica e geoespacial na interpretação dos dados.

Na construção interdisciplinar do conhecimento, comandada pelo olhar econômico, cinco eixos temáticos se destacaram, permitindo aglutinar as análises e discussões dos treze capítulos, por meio de recortes teóricos relacionados aos ramos da Economia Solidária, Economia do Trabalho, Economia Urbana e Industrial, Economia Organizacional e Economia Monetária e Financeira.

Com base nas análises e discussões apresentadas nesta presente obra, composta por treze capítulos e cinco ramos teóricos, subsídios são apresentados para uma apreensão interdisciplinar do campo científico de Economia findando explorar à luz de um olhar descritivo e prescritivo a complexa realidade em suas interações no dinâmico tripé Homem-Mercado-Estado.

Em nome do grupo diversificado de profissionais envolvidos neste livro e comprometidos com o avanço do campo científico de Economia, convidamos você leitor(a) a desbravar tradicionais e novas reflexões à luz de uma abordagem interdisciplinar que valoriza o diálogo e a pluralidade na abordagem de nossa complexa realidade empírica, rica de desafios para o pensamento e a reflexão.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O PAPEL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	
Reinaldo Eduardo da Silva Sales Mayara Mendes Leal	
DOI 10.22533/at.ed.0532015061	
CAPÍTULO 2	17
EMPREENHIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO: SATISFAÇÃO DOS ASSOCIADOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO PRODUTOR RURAL	
Madson Igor Pereira Portal Lailson da Silva Freitas Marta Laura Noronha da Silva Gonçalves Janusa Mérlem dos Santos Lopes Gabriel Lélis Pereira da Silva Marzane Pinto de Souza Mario Miguel Amin Garcia Hereros Félix Lélis da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0532015062	
CAPÍTULO 3	38
AGROECOLOGIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: OS PASSOS DE UMA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA CAMPESINA	
Ariane Domborovski Bruno Henrique Fugarra	
DOI 10.22533/at.ed.0532015063	
CAPÍTULO 4	49
OS DESAFIOS PARA AS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: UMA PRESPECTIVA FRETE À REVOLUÇÃO INDUSTRIAL 4.0	
Samantha Silva da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.0532015064	
CAPÍTULO 5	62
ABERTURA ECONÔMICA E DISCRIMINAÇÃO SALARIAL POR SEXO E RAÇA: UM ESTUDO PARA A ECONOMIA PARANAENSE	
Júlio Vicente Cateia Paulo Ricardo Feistel	
DOI 10.22533/at.ed.0532015065	
CAPÍTULO 6	86
ANÁLISE DOS INDICADORES REGIONAIS DE LOCALIZAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO PARA A MICRORREGIÃO DE TOLEDO-PR	
Giovanna da Silva Cassanelli Lucir Reinaldo Alves Jandir Ferrera de Lima Moacir Piffer	
DOI 10.22533/at.ed.0532015066	

CAPÍTULO 7	107
ANÁLISE DE MERCADO DO SETOR INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE TOLEDO-PR UTILIZANDO ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS MÚLTIPLAS	
Lucir Reinaldo Alves	
Eduarda Pires Valente da Silva Marques da Costa	
Nuno Manuel Sessarego Marques da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.0532015067	
CAPÍTULO 8	130
COMPARAÇÃO DAS MARGENS ECONÔMICAS ENTRE A PRODUÇÃO TOTAL DE LEITE ORGÂNICA E CONVENCIONAL USANDO BENCHMARKING	
Thérèsse Camille Nascimento Holmström	
Elisa Cristina Modesto	
DOI 10.22533/at.ed.0532015068	
CAPÍTULO 9	140
A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA MOTIVADORA PARA A MELHORIA DOS RESULTADOS ORGANIZACIONAIS	
Samantha Silva da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.0532015069	
CAPÍTULO 10	149
O CARÁTER ECONÔMICO DO CONHECIMENTO NA SOCIEDADE ATUAL	
Adelcio Machado dos Santos	
Alexandre Carvalho Acosta	
Liz Barbara Borghetti	
DOI 10.22533/at.ed.05320150610	
CAPÍTULO 11	162
HELICOPTER MONEY EM TEMPO DE COVID19: UMA PROPOSTA PARA A MUTUALIZAÇÃO DO ESFORÇO FINANCEIRO EM PORTUGAL	
Diamantino Ribeiro	
João Filipe Monteiro Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.05320150611	
CAPÍTULO 12	177
MOBILIZANDO O CONCEITO DE HEGEMONIA PARA O CONTEXTO FINANCEIRIZADO BRASILEIRO	
Rodolfo Palazzo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.05320150612	
CAPÍTULO 13	191
THE ROLE OF SUGARCANE ETHANOL IN BRAZILIAN CO ₂ EMISSIONS	
Guilherme Barbosa Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.05320150613	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	203
ÍNDICE REMISSIVO	204

EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO: SATISFAÇÃO DOS ASSOCIADOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO PRODUTOR RURAL

Data de aceite: 01/06/2020

Madson Igor Pereira Portal

IFPA; alimento2006@hotmail.com

Lailson da Silva Freitas

IFPA; lailsonfreitas222@gmail.com

Marta Laura Noronha da Silva Gonçalves

martanoronha13@gmail.com

Janusa Mérlem dos Santos Lopes

IFPA; janusa_merlem@hotmail.com

Gabriel Lélis Pereira da Silva

ESTÁCIO; biellellis@yahoo.com.br

Marzane Pinto de Souza

IFPA; marzane_souza@yahoo.com.br

Mario Miguel Amin Garcia Hereros

UNAMA; marioamin@gmail.com

Félix Lélis da Silva

IFPA; lixlellis@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar as principais dimensões que explicam o efeito socioeconômico e a satisfação das famílias do campo advindos da organização social dos produtores rurais integrantes do Empreendimento Econômico Solidário (EES), Associação de Produtores Rurais Nova Esperança - ASPRUNE, no município de Concórdia do Pará- PA. A metodologia da pesquisa consiste na aplicação

da Análise Fatorial para identificar as dimensões que elucidam as experiências relacionadas ao poder do associativismo e seu impacto positivo na geração de trabalho e renda, condição de vida e satisfação dos associados. Os resultados mostram que a satisfação desses produtores está correlacionada aos aspectos de melhora na condição de vida, geração de renda, alimentação, acesso à educação e a uma gestão com repasse de informações, garantindo, assim, o avanço financeiro das famílias, o qual acaba sendo canalizado para favorecer a realização de outros objetivos, atrelado as questões sociais, culturais e organizacional coletivo. No EES, o crédito financeiro é avaliado como um importante instrumento para custear e investir no processamento da produção, pois produtores com ausência de recursos próprios podem ser beneficiados com os investimentos realizados na associação. A satisfação dos associados não se justifica apenas pela melhora dos fatores socioeconômicos, em suma, é resultante de um processo de gestão participativa efetiva que preza pelo repasse aos sócios das informações que envolvem o empreendimento, facilitando análise criteriosa de pautas que conduzem a uma tomada de decisão coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Satisfação social, gestão participativa, análise fatorial, EES.

SOLIDARITY ECONOMIC ENTERPRISE: SATISFACTION OF ASSOCIATES AND IMPROVEMENT OF THE SOCIOECONOMIC CONDITIONS OF THE RURAL PRODUCER

ABSTRACT: This study has as its objective to analyze the main dimensions that explain the socioeconomic effect and the satisfaction of the rural families resulting from the social organization of the producers of the Solidarity Economic Enterprise (EES), ASPRUNE, in the municipality of Concórdia do Pará-PA. The research methodology consists in applying Factorial Analysis to identify the dimensions that explain the experiences related to the power of associativism and its positive impact on the generation of job and income, life conditions and the associates satisfaction. The results show that the satisfaction of the producers is correlated with the aspects of improvement in the condition of life, income generation, food, access to education and a management with information transfer, guaranteeing, therefore, the financial advance of the families, which ends being directed for the realization of other objectives like social advancement, cultural and collective organization. In the EES, credit is valued as an important instrument for financing and investing in production processing, since producers lacking their own resources can be privileged with the investments made to the EES. The satisfaction of the members is not only justified by the improvement of the socioeconomic factors, but it is the result of an effective participatory management process that values the transfer to the members of the information that involves the enterprise, facilitating a careful analysis of guidelines that lead to a collective decision.

KEYWORDS: Social satisfaction, participatory management, factor analysis, EES.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, a produção de alimentos está associada ao agronegócio e à agricultura familiar. No agronegócio, a produção é quase totalmente destinada ao mercado externo, na forma *in natura* ou industrializada, em contrapartida, na agricultura familiar, a comercialização está voltada principalmente ao abastecimento do mercado interno que corresponde a 70% da produção desse segmento (MEDINA e NOVAES, 2014; RODRIGUES et al., 2015).

Entre os dilemas que envolvem a agricultura familiar, pode-se destacar a comercialização dos seus produtos frente a um mercado cada vez mais competitivo e exigente, em que produtores em larga escala têm maior acesso ao comércio. Para superar esse obstáculo e defender seus interesses, a organização coletiva surge como uma estratégia de manutenção e reprodução desses atores sociais (MERGAREJO NETTO, 2008).

O censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006) mostra que o país tem cerca de 14 milhões de agricultores atuando na produção de alimentos em empreendimentos familiares organizados, com a agregação 75% da mão de obra atualmente ocupada em atividades agrícolas, enquanto o agronegócio abarca 25% das oportunidades de trabalho.

A criação de Empreendimentos de Economia Solidária - EES na forma de associações e cooperativas, em que todos trabalham por um objetivo comum é uma maneira exitosa para o agricultor familiar se inserir no mercado de trabalho de forma organizada. Segundo Rodrigues, Ribeiro e Silva (2015), agricultores que não estão organizados coletivamente apresentam maior tendência ao insucesso comercial, ocorrendo uma desvalorização do seu produto final em razão de uma comercialização a preços inferiores, comprometendo o retorno financeiro da atividade e a qualidade de vida do produtor.

Vale ressaltar que as alterações ocorridas nos processos de desenvolvimento rural são resultantes das mudanças observadas nas dimensões sociais, econômicas, ambientais, institucionais e demográficas, as quais definem os processos de desenvolvimento em cada espaço, onde variações nessas dimensões pode conduzi-lo a diferentes vertentes (SOUZA, 2019).

Kageyama (2004) enfatiza que para mensurar o desenvolvimento rural se deve combinar o aspecto econômico, no geral focado na elevação do nível e estabilidade da renda das famílias, assim como na melhora do aspecto social, onde as famílias alcancem um nível de condição de vida socialmente justa, em que a renda seja resultado da diversificação das atividades. Para Chalita (2005) o conceito de desenvolvimento rural, tem se alterado ao passar do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos fatores impostos pelo desenvolvimento econômico e social às famílias e às atividades rurais.

Diante da importância das cooperativas e associações na melhora da expectativa de vida, avanço social e perspectivas econômicas dos membros associados, questiona-se: Quais as principais fatores que podem afetar de forma positiva e negativa a relação entre um empreendimento econômico solidário e seus membros associados ? Neste sentido, o presente trabalho objetiva analisar as principais dimensões que envolvem e explicam o efeito socioeconômico e a satisfação das famílias do campo advindos da organização social dos produtores integrantes ao Empreendimento Econômico Solidário ASPRUNE.

2 | TEORIA

2.1 Agricultura familiar e o mercado agroindustrial

O modelo agrícola denominado, agricultura familiar se constitui como um sistema complexo, dinâmico e com peculiaridades específicas locais, admitindo diversas definições e particularidades. Segundo a FAO (2014), a agricultura familiar desempenha importante papel socioeconômico, ambiental e cultural, tendo como características a gestão realizada por membros associados ao empreendimento agrícola e a utilização, predominantemente, da mão de obra das famílias envolvidas para o desenvolvimento das suas variadas atividades.

Outra característica importante desse segmento social é a diversificação produtiva, tendo em vista que a agricultura familiar no contexto da pluriatividade é uma importante ferramenta para o desenvolvimento local, pois estimula a fixação do grupo social ao campo, viabiliza maior variabilidade de seus produtos e, conseqüentemente, diversifica a renda e aumento da qualidade de vida (DOS SANTOS, 2015).

Porém, mesmo com a diversificação produtiva, para a agricultura familiar, a perecibilidade dos produtos agropecuários, principalmente os produtos consumidos in natura, como as frutas, traz consigo muitas perdas, que se tornam um impasse desde o momento da colheita até a chegada ao consumidor final (CENCI, 2006). Assim, a agroindustrialização é uma alternativa estratégica de valorização da agricultura familiar. A produção agroindustrial consiste na transformação de produtos agropecuários em derivados alimentares, ocorrendo, nesse processo agregação de valor ao produto final (GAZOLLA e PELEGRINI, 2008).

A produção em agroindústrias é um setor em pleno crescimento. No Brasil, estimativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2008) apontam para a existência de aproximadamente 35 mil empreendimentos agroindustrial. A importância do setor foi destacada por Santos (2014), que afirma ser este setor responsável por 22% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, sendo gerador de aproximadamente 16 milhões de postos de trabalho, garantindo a segurança alimentar de 200 milhões de pessoas, estatística que se soma aos contínuos saldos positivos na balança comercial (acima de R\$ 70 bilhões por ano).

A agroindustrialização além de agregar valor à matéria-prima, representa um importante instrumento de apoio e dinamização da economia em empreendimentos rurais, pois proporciona redução de perdas, amplia mercados e gera renda e emprego (SANTOS et al., 2008), além de conferir ao produtor domínio sobre todos os processos relacionados ao sistema produtivo: produção, processamento e/ou transformação de seus produtos.

2.2 Cadeia produtiva de frutas no nordeste paraense

No Brasil, a fruticultura é uma das atividades econômicas de maior expansão e posiciona o país entre os três maiores produtores mundiais, com 5,3%, ficando atrás da China com 29,4% e Índia com 9,4% (FIGUEIREDO et al., 2017). Os principais frutos produzidos são banana, maçã, uva, melão e frutas tropicais, como manga, abacate, abacaxi e mamão, cultivados em sua maioria nas pequenas unidades produtivas, cuja produção no geral é utilizada para autoconsumo das famílias ou para comercialização direta no mercado interno (FAO, 2014).

No Pará, a fruticultura é uma atividade econômico relevante para o estado, pois, além de fornecer produtos constituintes da base alimentar local, tem significativa influência no que se refere à absorção de mão de obra rural e geração de renda, por apresentar um mercado com demanda em pleno crescimento, estando fortemente atrelada à produção

da agricultura familiar, sendo as frutas frequentemente componentes desses sistemas (BAYLE, 2013).

Homma (2001) afirma que a produção de frutas fortalece a agroindústria paraense na medida em que a produção racional de frutas se expande no estado e viabiliza a criação por organizações coletivas de unidades de beneficiamento de polpas de frutas. Neste sentido, o setor inicia uma transição que sai de comportamento padrão basicamente voltado a produção e passa a expandir as oportunidades por meio da agroindustrialização.

A produção de polpas de frutas tem se destacado como importante alternativa para suprir a necessidade dos mercados consumidores em períodos pós-safra. Por apresentar características de praticidade, os produtos processados vêm ganhando popularidade no mercado consumidor, entre eles, restaurantes, hotéis, lanchonetes, hospitais etc., onde são utilizados, principalmente, na elaboração de sucos e sobremesas (OLIVEIRA e SANTOS, 2012).

Segundo Couto (2013), a organização coletiva através de associações permite aos agricultores familiares expandir seus cultivos de frutíferas em Sistemas Agroflorestais - SAFs, elevando a produção *in natura*, direcionando ao beneficiamento pela agroindústria familiar, as frutas para produção de polpas, potencializando oportunidades que estão relacionadas a mudanças do padrão agrícola no estado do Pará. Para Prezzoto (2016), o associativismo surge como alternativa para promover a agregação de valor e melhorar a inserção da agricultura familiar nos mercados, melhorando o desempenho nas transações e, conseqüentemente, a renda das famílias.

Uma das principais dificuldades enfrentados pelos produtores familiares está ligada à comercialização, basicamente associada ao produto *in natura*, cujo valor praticado não compensa o custo da produção, fato que tende a desmotivar os produtores familiares. Diversas comunidades na região norte do Brasil têm superado estas dificuldades através da organização coletiva, que tem permitido que os grupos formados por famílias produtoras contornem os problemas vivenciados, assim como tem ajudado essas organizações a acessar mercados consumidores locais, regionais e institucionais.

Com respaldo nas organizações coletivas, associações e cooperativas, diversos grupos de produtores têm obtido, por meio de editais, fomento para implantação de unidades beneficiadoras de frutas. Além disso, os produtores têm procurado ampliar a linha de produtos com maior valor agregado, além de adequar suas formas organizacionais às necessidades de mercado, o qual cada vez mais se expande motivado por novos hábitos de consumo de alimentos pelas populações (COSTA, 2002).

2.3 Análise Fatorial

A Análise Fatorial é uma técnica estatística multivariada utilizada na análise dos dados, com o objetivo de analisar as correlações entre múltiplas variáveis e utilizada para identificar as relações existentes entre um conjunto de variáveis observáveis (CORRAR

et al., 2007). A técnica permite dimensionar fatores independentes e representativos segundo características comuns existentes entre as variáveis de modo a representar, por combinações lineares, a variável original. É amplamente utilizada para analisar a estrutura das inter-relações ou correlações entre um grande número de variáveis com base em um conjunto de dimensões latentes comuns que facilitam a compreensão da estrutura da nuvem de dados, chamadas de fatores (HAIR *et al.*, 2005). Esta metodologia visa identificar as dimensões isoladas da estrutura dos dados e então determinar o grau em que cada variável é explicada por cada dimensão através da redução da massa de dados (FÁVERO *et al.*, 2009).

3 | MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 Caracterização da área de estudo

A pesquisa foi desenvolvida na Associação de Produtores Rurais Nova Esperança - ASPRUNE Figura 1, localizada na comunidade de Nova Esperança, km 40 da PA 140, município de Concórdia do Pará, nordeste do Pará. Composta por 30 associados residentes na PA-110 e Foz do Cravo, os associados correspondem a 15 famílias de agricultores que produzem pimenta do reino, espécies frutíferas e florestais através de SAF. A produção de frutas é voltada ao abastecimento da agroindústria familiar gerenciada pela Associação, e é responsável pelo processamento, embalagem e comercialização das polpas de fruta. A produção é voltada ao atendimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), bem como para a comercialização no mercado local das cidades de Bujaru e Concórdia do Pará.

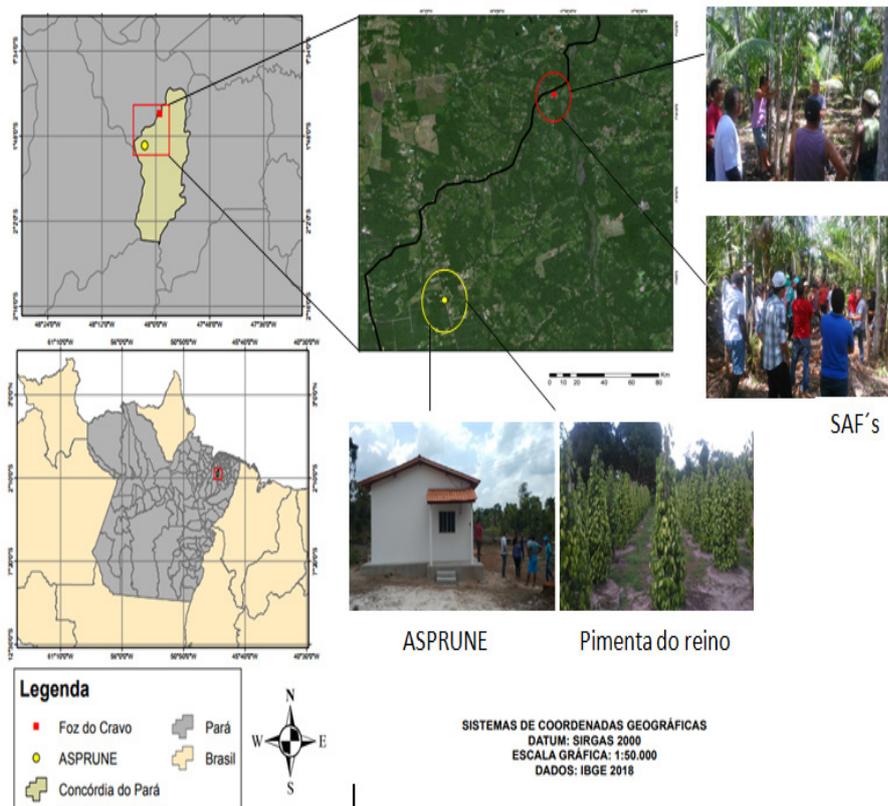


Figura 1. Localização do Empreendimento Econômico Solidário ASPRUNE e localidades da coleta de dados PA-140 e Foz do Cravo.

3.2 Amostra e coleta de dados

Os dados utilizados nesta pesquisa são de natureza primária, obtidos em visitas ao empreendimento econômico solidário no ano de 2018, tendo sido aplicados questionários semiestruturados em uma amostra de 21 associados, correspondente a 70% dos integrantes da ASPRUNE. O instrumento de coleta foi estruturado com perguntas sobre o contexto social, econômico e ambiental, assim como apresentou um roteiro de questionamentos sobre a satisfação dos associados em relação ao empreendimento.

3.3 Método de análise dos dados

A método de análise utilizado na pesquisa foi o de Análise Fatorial (AF), aplicado de modo a estruturar as dimensões existentes entre as variáveis correlacionadas, explicando as dimensões econômicas e sociais afetadas pelo efeito do associativismo na vida dos produtores e, assim, estabelecer uma classificação segundo o nível de satisfação relacional. A análise fatorial possui a capacidade de mensurar as relações existentes entre um conjunto de variáveis observáveis (CORRAR *et al.*, 2009; HAIR *et al.*, 2009), estabelecendo dimensões correlacionadas, de modo a viabilizar a compreensão das relações existentes.

3.3.1 Testes de adequação da aplicabilidade da análise fatorial

Para comparar as correlações simples com as correlações parciais foi utilizada a estatística de Kaiser-Meyer-Okin (*KMO*). Para validade do teste, foi utilizado o seguinte critério: Excelente ($0,90 < KMO \leq 1,00$), Ótimo ($0,80 < KMO \leq 0,90$), Bom ($0,70 < KMO \leq 0,80$), Regular ($0,60 < KMO \leq 0,70$), Ruim ($0,50 < KMO \leq 0,60$) e Inadequado ($0,00 < KMO \leq 0,50$). O teste de esfericidade de Bartlett foi utilizado para examinar a matriz de correlações e avaliar a possível adequação da análise fatorial. A validade das variáveis no ajuste do modelo fatorial foi obtida através dos fatores comuns (comunalidade). A seleção dos fatores foi dada pela técnica de raiz latente (HAIR *et al.*, 2005).

3.3.2 Dimensões socioeconômicas e de satisfação dos associados

Através do Método de Rotação Ortogonal foi estabelecida a matriz de componentes rotacionados de modo a estruturar as dimensões que explicam o efeito da associação sobre a percepção dos associados quanto às condições socioeconômicas e de satisfação a priori e a posteriori à decisão organizacional.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Validação da técnica de análise fatorial

O *KMO* foi da ordem de 0,500, indicativo de existência de correlações parciais entre pares de variáveis, satisfazendo a aplicação da análise fatorial, mostrando a adequabilidade da base de dados (Tabela 1).

Testes	Coefficientes	sig. 5%
Teste de <i>KMO</i>	0,553	0,000(*)
Teste de Esfericidade de Bartlett (aproximação Qui-Quadrado)	59,053	0,048(*)

Tabela 1: Teste de adequação à aplicabilidade da Análise Fatorial (AF).

(*) significante a 5% à rejeição da hipótese nula

O resultado do teste de esfericidade de Bartlett ($P_{\text{valor}} = 0,000 < 5\%$) mostra que as correlações entre as variáveis são significativas, o que justifica a aceitação da hipótese de as variáveis serem correlacionadas, viabilizando o estudo através de Análise Fatorial.

4.2 Dimensões

As dimensões segundo a Matriz Cargas Fatoriais Rotacionadas (Tabela 2), permite a escolha das variáveis que compõem cada uma das dimensões associadas.

Variáveis	D1	D2	D3	D4
V1 - Grau de satisfação como associado.	-,110	,814	,028	,258
V2 – Importância da ASPRUNE na vida do produtor.	,546	,598	,036	,146
V3 – Perspectiva de mudanças no aspecto “condições de vida” como associado.	-,089	,012	,006	,724
V4 – Fontes de geração de renda na propriedade.	-,126	-,091	,860	,176
V5 - Condições de vida da família.	,923	,158	-,038	-,032
V6 - Situação de alimentação familiar para o associado.	,612	-,358	-,095	,549
V7 - Situação da renda familiar.	-,046	,170	,921	,005
V8 - Situação atual das famílias vinculadas à associação em relação aos não associados.	,859	-,011	,021	-,010
V9 – O bem-estar familiar advindo da renda mensal como associado.	,566	-,003	-,130	,641
V10 - Avaliação da socialização dos resultados da Associação aos associados.	,430	,378	,295	,497
V11 – Avaliação do acesso à educação familiar mediante a inserção na associação.	-,116	,629	,093	-,344
V12 – Perspectiva de melhorias na renda familiar através da associação.	,255	,824	-,101	-,071
V13 – Avaliação do acesso a créditos financeiros enquanto associado.	,186	-,062	,747	-,411

Tabela 2: Definição das dimensões segundo a Matriz de Componentes ou Cargas Fatoriais Rotacionadas, método VARIMAX - **Condição de Vida (D1), Satisfação como Associado (D2), Geração de Renda (D3)** e Organizacional (D4).

Considerando os resultados, foram identificadas quatro dimensões que explicam o efeito socioeconômico advindo da organização social dos produtores (Tabela 2). Estas dimensões definem a combinação linear entre as variáveis econômicas e sociais que apresentam capacidade de explicar 79,58% da variabilidade total existente entre as variáveis independentes sobre o efeito socioeconômico dos associados à ASPRUNE, município de Concórdia-PA (Tabela 3).

Autovalores			Quadrado das Somas das Cargas Rotacionadas		
Total	% Variância	Variância Acumulada (%)	Total	% Variância	Variância Acumulada (%)
3,336	33,364	33,364	2,599	25,993	25,993
1,975	19,746	53,110	1,816	18,165	44,157
1,441	14,407	67,517	1,776	17,761	61,918
1,206	12,063	79,581	1,766	17,662	79,581

Tabela 3: Variância Total explicada pelos Fatores e Quadrado das Somas das Cargas Rotacionadas

Todas as variáveis analisadas mostraram forte relação com as dimensões retidas (D1, D2, D3 e D4) por terem apresentado elevadas comunalidades. Os resultados sugerem que boa parte da variância das variáveis analisadas foi explicada pelos respectivos fatores

de agregação, sendo, portanto, definidas quatro dimensões capazes de caracterizar a percepção dos Produtores Associados, da Comunidade Nova Esperança, município de Concórdia do Pará, em relação aos impactos socioeconômicos advindos do efeito da organização social dos produtores associados.

Deste modo, em termos substantivos, em que cada teste é mais bem explicado por uma dimensão correspondente, o primeiro fator (D1), Tabela 2, está relacionado às variáveis 5, 6 e 8, sendo assim denominado de Dimensão da Condição de Vida. Já D2 está associado as variáveis V1, V2, V11 e V12, sendo representado como dimensão Satisfação como associado.

O terceiro fator (D3) está interligado às variáveis V4, V7 e V13, ilustrando a dimensão geração de renda. Por fim, a última dimensão analisada (D4), relacionada as variáveis V3, V9 e V10, representa a dimensão organizacional.

4.2.1 Dimensão Condição de Vida

Esta dimensão viabiliza uma análise sobre a Condição de Vida dos produtores pela sua percepção sobre as melhorias socioeconômicas observadas após sua associação à ASPRUNE. A dimensão foi concatenada a um poder explicativo da variância total de 39,41%, tendo como variáveis explicativas Condição de Vida da Família (0,923), Situação Alimentar da Família (0,612) e Situação atual das famílias associadas em relação aos não associados na comunidade (0,859).

Essas variáveis explicativas receberam as maiores cargas fatoriais, revelando seu alto grau de importância para definir o efeito da organização social na melhoria da qualidade de vida dos associados. Esses resultados permitem o ajuste da função de cargas fatoriais de todas as variáveis, associadas à respectiva dimensão (Equação 7).

$$D_1 = 0,923*(Condição\ de\ vida) + 0,612*(Situação\ da\ alimentação\ familiar) + 0,859*(Situação\ atual\ das\ famílias\ vinculadas\ à\ associação\ em\ relação\ aos\ não\ associados) \quad (7)$$

Há diferentes metodologias para a construção dos indicadores, dependendo das dimensões do desenvolvimento a serem apreendidas e o conceito de desenvolvimento a ser considerado. Disso resulta, uma análise multidimensional que depende do ponto de vista do pesquisador em quais aspectos considerar em cada realidade (demográfica, social, econômica, institucional, ambiental e etc), mas também a forma de compreender o desenvolvimento rural, ou seja, este visto como um processo formado por etapas (onde os indicadores buscam refletir os fatores condicionantes, a trajetória e os resultados) ou como somente um fim, onde o desenvolvimento estaria refletindo somente a qualidade de vida da população (sendo assim captado por indicadores de resultado do tipo IDH, taxa de alfabetização, renda entre outros).

Todas as variáveis associadas à condição de vida apresentaram relação positiva entre si, indicando que a ocorrência de mudanças positivas em cada uma delas se reflete em resultados benéficos na condição de vida dos associados. Essa dimensão indica forte influência socioeconômica, relacionada principalmente ao aumento da renda do produtor associado e aos benefícios observados após a integração à Associação de Produtores Rurais, tendo elevado o padrão de vida desses agricultores no que se refere à situação alimentar e em comparação aos demais trabalhadores rurais da região.

Essas variáveis são fontes de vantagens à medida que se deseja mensurar e monitorar o avanço da dimensão Condição de Vida dos associados pela entrada na Associação, determinando características sociais e econômicas favoráveis para a atividade que vem sendo desenvolvida e para a organização estruturada por esses agricultores.

Outra variável importante dentro desta dimensão é a Situação Alimentar das famílias, fator que se encontra diretamente correlacionado ao aumento da renda e à diversificação produtiva. Segundo Maluf (2007), a melhoria das condições de qualidade alimentar na agricultura familiar, pelo aumento da disponibilidade e da diversificação de alimentos, é uma ação que contribui para a segurança e a soberania alimentar dos produtores e seus familiares. Para a FAO (2010) o incremento da alimentação de qualidade e, com ela, a garantia de segurança alimentar e nutricional resultam de sistemas produtivos social e ambientalmente mais sustentáveis, a exemplo da agricultura familiar de base agroecológica.

A transição do monocultivo para o sistema agroecológico com a adoção de tecnologias de Sistemas Agroflorestais (SAFs) tem possibilitado uma diversificação de culturas agrícolas, permitindo variação na produção de alimentos que são consumidos pelos produtores rurais e suas famílias, formando uma renda invisível, sem ter que fazer investimento monetário para poder ter acesso a estes itens no cardápio diário. Além de uma maior produção voltada ao consumo de subsistência, melhora a qualidade de vida em razão da melhora na situação da alimentação das famílias, elevando, conseqüentemente, a percepção dos produtores em relação a um bem-estar bem mais significativo em detrimento dos produtores da região não associados.

Outro ponto a ser discutido dentro da dimensão condição de vida é a situação atual das famílias vinculadas à associação em relação aos não associados, pois os agricultores organizados socialmente têm uma série de vantagens competitivas e de resistência, resultando em melhor qualidade de vida. Segundo Souza (2016), o associativismo surge como um mecanismo estratégico de fortalecimento da coletividade, capaz de promover a inserção econômica dos pequenos produtores no mercado e, assim, possibilitar a manutenção, o desenvolvimento e o melhor desempenho de estabelecimentos familiares, com respaldo numa organização para a conquista de interesses em comuns.

4.2.2 Dimensão Satisfação como Associado

Esta dimensão se destinou à análise dos pontos que refletem a satisfação dos agricultores associados à ASPRUNE, sendo associada a um poder explicativo da variância total de 18,17%. O efeito da Organização Social, mais especificamente da presença da ASPRUNE (0,598), assim como o melhor acesso à educação pelos produtores associados e membros da família (0,629) contribuíram para satisfação dos agricultores, elevando a perspectiva de futuro dos associados em relação à geração de renda (0,824) (Equação 8).

$$D2 = 0,814*(\text{Grau de satisfação como associado}) + 0,598*(\text{Presença da ASPRUNE}) + 0,629*(\text{Avaliação do acesso à educação}) + 0,824*(\text{Perspectiva de melhorias na renda familiar}) \quad (8)$$

A respeito da satisfação dos produtores associados à ASPRUNE, 85,7% dos associados entrevistados declararam apresentar um grau de satisfação entre BOM e ÓTIMO, apenas 14,3% consideraram um nível regular de satisfação e não foram identificados membros insatisfeitos. Vale ainda ressaltar que, a curto prazo, com o funcionamento da Agroindústria e maior ganho de mercado através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a satisfação desses produtores poderá se elevar, uma vez que irão perceber uma mudança estrutural e retorno financeiro, elevando assim sua confiança no empreendimento, podendo ocorrer maior agregação de novos associados ao empreendimento.

Políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, como o PAA, são estimuladoras do desenvolvimento e do avanço desse setor. O programa propõe preços mínimos para determinados produtos e garantia de renda ao agricultor familiar, contribuindo ainda para a segurança alimentar e nutricional dos produtores e de segmentos mais destituídos da população (CAMARGO et al., 2013).

A variável Acesso à Educação apresenta relação positiva na dimensão D2, implicando que a ocorrência de mudanças positivas a nível de satisfação em relação a organização social eleva a capacidade do produtor associado a nível familiar ao acesso à educação. Portanto, o acesso à educação pela família se destaca como de suma relevância na caracterização da dimensão Satisfação do Produtor, mostrando a preocupação dos produtores com a educação de seus filhos e demais membros da família (Figura 2).

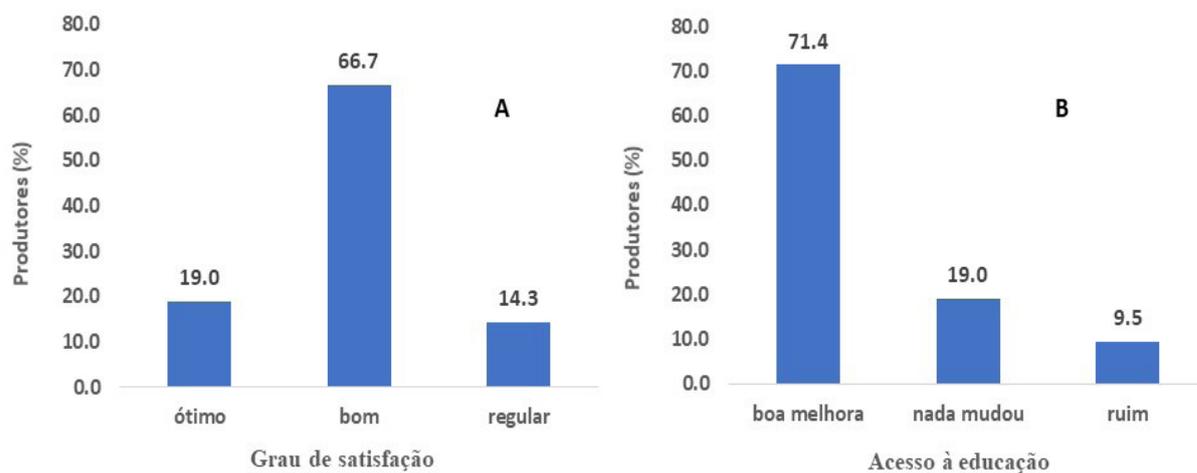


Figura 2: A - Grau de satisfação dos produtores em relação a associação; B - Impacto da associação no Acesso à Educação pelos Associados

Segundo Amaral e Souza (2013), o acesso à educação no campo é uma alternativa para promover e qualificar o desenvolvimento do meio rural brasileiro, atuando no fortalecimento da agricultura familiar, incentivando a qualificação e a oportunidade de escolha dos jovens em permanecer no campo, gerando, conseqüentemente, uma melhor atuação e gestão do empreendimento agrícola.

Em termos de classificação ao acesso à educação, identificou-se que 71,4% (15) dos associados entrevistados relataram Boa Melhora no acesso à educação pela família, 19% (4) informaram que nada mudou e apenas 9% (2) informaram que o acesso à educação está ruim, não tendo melhorado com o processo de organização social. Vale ressaltar que a associação através de parcerias com o Instituto Federal de Educação Ciencia e Tecnologia do Pará - IFPA Campus Castanhal tem oferecido formações voltadas a qualificação em atividades agrícolas, como produção de mudas, manejos de culturas, controle de pragas e doenças em pimentas e manejo de açaiçais, além de formação voltada as Boas Práticas de Fabricação (BPF), favorecendo assim uma melhor gestão das atividades agrícolas praticadas e da agroindústria local.

Para Tiriba (2000), além da autogestão, geração de renda e busca pelo desenvolvimento mútuo da unidade produtiva, os trabalhadores associados buscam suprir outras necessidades humanas, como reconhecimento, educação, cultura e lazer, como forma de favorecer o desenvolvimento pessoas e da comunidade como um todo.

Os empreendimentos econômicos solidários não têm caráter unicamente econômico, são parte de um projeto integral bem mais amplo de organização comunitária (FRANÇA e LAVILLE, 2004). Para Rutkowski (2008), esses empreendimentos constituem uma nova forma social de produção, construída com finalidade multidimensional, permitindo um equilíbrio dinâmico entre as fontes de recursos mercado, poder público e práticas recíprocitárias e o econômico, atuando diretamente na realização do real objetivo do empreendimento, que é o favorecimento social, cultural, político ou ecológico.

4.2.3 Dimensão Geração de Renda

A dimensão da Geração de Renda foi associada a um poder explicativo da variância total de 17,76%, tendo como variáveis explicativas Fontes de geração de renda na propriedade (0,860), Situação da renda familiar para cobrir todas as necessidades (0,921) e Condições de acesso a crédito (0,747) (Equação 9).

Esta dimensão reflete o efeito da Organização Social na melhoria econômica dos empreendimentos familiares e o efeito desta renda na administração financeira da família, valendo destacar que essas mudanças econômicas apresentam correlação direta com os investimentos gerados na Associação, considerando o acesso a crédito resultante do efeito organizacional.

$$D3 = 0,860*(\text{Fontes de geração de renda na propriedade como associado}) + 0,921*(\text{Situação da renda familiar para cobrir todas as necessidades}) + 0,747*(\text{Avaliação do acesso a crédito financeiro como associado}) \quad (9)$$

As variáveis associadas à geração de renda apresentaram relação positiva, indicando que a ocorrência de mudanças positivas em cada uma delas reflete resultados positivos quanto à satisfação econômica do produtor. Vale ressaltar que, após instituída à ASPRUNE, foram observadas melhoras na diversificação das fontes de renda, na capacidade de atender às suas necessidades, tendo em vista as atividades agrícolas, e no melhor acesso a crédito.

No tocante ao acesso a crédito, apesar da relação positiva e direta na organização social, torna-se ainda necessário maior evolução do acesso a créditos qualificados para estimular as atividades agrícolas e não agrícolas dos agricultores familiares em toda região nacional, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, que apresentam as maiores carências ao acesso no País, que, segundo Bauinain, Silveira, Navaro (2014), são as regiões com maior contingente de agricultores familiares pobres do Brasil.

No caso da ASPRUNE, os recursos obtidos através da chamada pública BNDS/ CONAB 2013 viabilizaram à organização social construir a agroindústria de processamento de polpas de frutas, mostrando que o acesso a crédito, na ausência de recursos próprios, é um importante instrumento facilitador de custeio e de investimento na produção, possibilitando aos pequenos empreendedores trabalhar a cadeia produtiva como um todo. Neste caso, a estruturação e a organização coletiva oferecem maior facilidade de acesso a créditos e a mercados, permitindo maior geração de trabalho e renda para as famílias, elevando a perspectiva para o futuro (Figura 3).

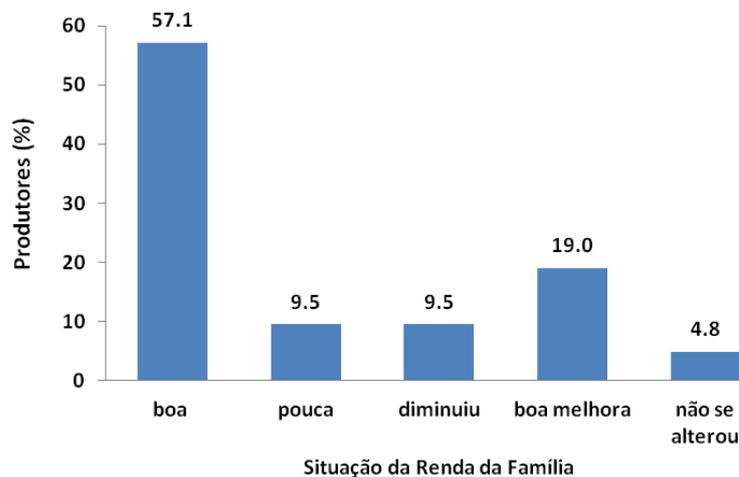


Figura 3: Perspectiva quanto a situação da renda da família com a inserção do agricultor no Empreendimento Econômico Solidário

Para Leite (2012), as linhas de crédito acessadas pelos agricultores podem ser compreendidas como uma antecipação monetária do empreendimento. Por outro lado, são necessários maiores investimento e desburocratização dos acessos, uma vez que diversas linhas de créditos apresentam entraves ao acesso, limitando os quantitativos a possíveis pequenos produtores beneficiários das políticas de fomento.

Os produtores rurais, em suma, por não apresentarem capital de investimento próprio, são impedidos do desenvolvimento socioeconômico das propriedades. Para Ribeiro (2000), o crédito rural supervisionado surge como possibilidade de formação de capital na busca da aquisição de insumos, máquinas e equipamentos, elementos indispensáveis ao desenvolvimento das unidades familiares de produção assim como para o melhoramento e desenvolvimento do lar com obtenção de bens de consumo duráveis e não duráveis.

Diante desse contexto, o crédito associado a políticas públicas de inclusão pode atuar de forma significativa na geração de trabalho e renda no campo, fortalecendo a Agricultura Familiar e o desenvolvimento local, na medida em que viabiliza diversos processos estruturais, desde a aquisição de bens de consumo, serviços e geração de divisas. Entre as políticas, podem ser destacados o surgimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e iniciativas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Garantia Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

Para Ziger (2013), o crédito rural desempenha papel fundamental como gerador de oportunidades, aproximando o beneficiário das políticas que estimulam investimentos em avanços tecnológicos e melhorias nas estruturas das propriedades, além de proporcionar a modernização do campo, auxiliando e estimulando a permanência dos agricultores na atividade produtiva e, conseqüentemente, fortalecendo o processo de sucessão na agricultura familiar. Pode-se salientar que a relação de vínculo entre produtores e empreendimento tende a melhorar a situação financeira das famílias, elevando a renda e

a perspectiva financeira dos produtores para o futuro.

Portanto, os maiores investimentos permitidos pelo acesso ao crédito na Associação têm conduzido as unidades familiares de produção a um processo de investimento nos sistemas de produção, tendo este fator, conseqüentemente, elevado as fontes de geração de trabalho e renda, permitindo aos associados maior geração de finanças para a família, atendendo suas necessidades básicas

4.2.4 Dimensão Organizacional

A Dimensão Organizacional, destaca-se como um termômetro do impacto da organização social na satisfação dos produtores associados, pois avalia o efeito direto da associação na perspectiva de mudanças no aspecto “condições de vida” como associado (0,724), na melhora quanto o bem-estar familiar advindo da renda mensal como associado (0,641) e na avaliação da socialização dos resultados da associação aos associados (0,497). Esses fatores, permitem maior planejamento familiar, maior engajamento em relação a participação produtiva por parte dos agricultores e maior participação da gestão do empreendimento. Esta dimensão foi associada a um poder explicativo da variância total de 17,66% (Equação 10).

$$D4 = 0,724*(\text{Perspectiva de mudanças no aspecto "condições de vida" como associado}) + 0,641*(\text{bem-estar familiar advindo da renda mensal como associado}) + 0,497*(\text{Avaliação da socialização dos resultados da Associação aos associados}) \quad (10)$$

A socialização de informações dos resultados da Associação para os membros associados impacta diretamente nos níveis de satisfação, haja vista que a ausência de informações pode comprometer até mesmo a permanência de produtores na Associação, impactando negativamente o processo organizacional, devido ao descrédito dos associados e ou à tomada de decisões importantes relacionadas à administração do empreendimento.

A base fundamental para a tomada de decisão está na análise criteriosa de informações sobre determinada conjuntura. Neste sentido, a socialização de informações importantes pode reduzir drasticamente uma tomada de decisões equivocadas e/ou errôneas, uma vez que podem ser avaliadas e reavaliadas conjuntamente, facilitando aos tomadores de decisão uma resposta decisória mais embasada, reduzindo a margem de risco existente em toda e qualquer decisão, comprometendo os resultados do empreendimento, a otimização de recursos, o alcance de resultados desejados e ou sua existência no mercado.

Segundo Andion (2005), em EES, os fatores envolvidos para a participação de agricultores não são exclusivamente mercantis, estando também relacionados às experiências vivenciadas e ao compartilhamento com o coletivo, havendo, com tal iniciativa, uma melhor compreensão das dinâmicas da gestão e uma maior proximidade

entre os membros, exercitando a comunicação e a interação para tomadas de decisão, promovendo a satisfação e a permanência dos associados.

A falta de repasse de informações afeta de forma direta a tomada de decisão em conjunto, uma vez que todos os associados detêm o poder junto às decisões, caracterizando-se, de certa forma, como dono do empreendimento, sendo parte integrante da autogestão. Assim, temos que compreender que a democratização da informação exerce influência positiva nos momentos de decisão, ressaltando que a gestão participativa garante a sobrevivência do empreendimento e a satisfação dos associados, proporcionando uma melhora da renda, perspectiva de futuro, alimentação, bem-estar e um melhor nível educacional dos associados e dos membros da família.

Vale expor que no Brasil os Empreendimento Econômicos Solidários se deparam com uma série de fatores geradores de problemas, que têm levado esses empreendimentos a ficar pelo meio do caminho ou limitando severamente suas potencialidades, sendo, em suma, afetados por condições econômicas adversas, falta de gestão participativa e concorrências de um mercado cada vez mais competitivo.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A satisfação dos produtores membros da Associação é explicada por quatro dimensões, as quais estão correlacionadas aos fatores condição de vida, satisfação como associado, geração de renda, alimentação, acesso à educação e à gestão com repasse de informações, garantindo um equilíbrio entre a melhora econômica das famílias, cujo desenvolvimento econômico está sendo canalizado para a realização de outros objetivos como o favorecimento social, cultural e organizacional na característica coletiva.

Diante dos impasses sociais, associados às dificuldades vivenciadas pelas comunidades rurais no Brasil, como o acesso à educação de qualidade, infraestrutura, saneamento básico, acesso a mercados consumidores e acesso à saúde, pode-se inferir que, considerando a organização social e coletiva das comunidade e ou dos produtores na região, assim como a agroindustrialização da produção, é possível observar uma melhoria principalmente no padrão de vida de cada agricultor, estando este padrão associado à melhora no nível de renda e maior acesso à educação, fatores estes que garantem a soberania e a segurança alimentar, permitindo maior eficiência do sistema produtivo local, atrelado à maior segurança participativa dos produtores e à sobrevivência do empreendimento econômico solidário.

O processo de transição do sistema de produção convencional para os sistemas produtivos sustentáveis possibilita ao agricultor maior diversificação da produção e viabiliza maior renda e, como consequência desse processo, melhora significativa na qualidade de vida, seja pela qualidade dos alimentos consumidos pela família ou pela agregação da renda através da comercialização dos diversos produtos.

Outro fator importante está associado ao processo de agroindustrialização do campo, vinculado à organização social, condicionando, esta vertente, os empreendimentos econômicos solidários a uma maior atuação no mercado, também viabilizando uma ampla abertura a novos mercados, facilitando a comercialização da produção dos agricultores através de mercados institucionais e até mesmo de mercados regionais. A industrialização do campo agrega valor aos produtos, elevando, assim, o grau de confiança dos associados quanto ao sucesso do empreendimento.

Uma vez que a organização social concede maior representatividade à comunidade, tal fator é usado como meio para cobrar melhorias no acesso à educação e na qualidade da prestação desse serviço. A educação um elemento fundamental para o sucesso dos empreendimentos agrícolas, tendo em vista que eles, através da educação, podem dispor de gestores mais capacitados.

A não satisfação dos associados com a organização social através da associação de produtores é influenciada diretamente pela falta de repasse, aos membros, de informações a respeito das condições do empreendimento, causando desconfiança aos associados, gerando crises internas. A organização social é baseada nos princípios da autogestão e da gestão participativa, dessa forma não se pode negar o direito ao acesso a informações sobre o empreendimento em detrimento do seu insucesso. A Satisfação dos associados, atrelada a fatores econômicos, resulta de um processo de gestão participativa efetiva que preza pela disponibilidade de informações aos membros associados, facilitando uma análise criteriosa de pautas que conduzem à tomada de decisão envolvendo o empreendimento.

Por fim, a análise das dimensões que afetam de forma direta as condições econômicas, sociais e organizacional advindas da organização coletiva e agroindustrialização da produção no meio rural, aqui proposto, podem ser analisadas como potenciais indicadores de desenvolvimento de comunidades no meio rural.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. N. D., SOUZA, G. C. D. Educação popular e agricultura familiar: uma análise sobre a implementação do programa Projovem campo na baixada cuiabana-MT. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, 3(1). 2013

ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **Revista de administração contemporânea**, v. 9, n. 1, p. 79-101, 2005.

BAUINAIN, SILVEIRA, NAVARRO. **Cooperativas brasileiras nos mercados agroalimentares contemporâneos Limites e perspectivas. O mundo rural do Brasil no século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

BAYLE, E. E. M. **Estudo da cadeia produtiva do açaí e cupuaçu. Programa de redução da pobreza e gestão dos recursos naturais do Pará**. 2013. Governo do estado do Pará. Pará Rural.

- CENCI, S. A. **Boas Práticas de Pós-colheita de Frutas e Hortaliças na Agricultura Familiar**. In: NASCIMENTO NETO, F. do (Org.). *Recomendações Básicas para a Aplicação das Boas Práticas Agropecuárias e de Fabricação na Agricultura Familiar*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, v. , p. 67-80. 2006.
- CHALITA, M. A. N. Desenvolvimento rural, agricultura e natureza: novas questões de pesquisa. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 52, n. 1, jan./jun, (97-11), 2005.
- CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. **Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- CORRAR, L.J. et al. **Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, 2007.
- COUTO, M. C. de M. **Beneficiamento e comercialização dos produtos dos sistemas agroflorestais na Amazônia, Comunidade Santa Luzia, Tomé-Açu, Pará**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Centro Agropecuário, Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Belém, 2013. 138p. Disponível em: <http://mafds.websimples.info/files/arquivo/161/maria-cristina-de-moraes-couto-publicado.pdf>.
- CAMARGO, R. A. L. de; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, 8(2). 2013.
- SANTOS, A. R. dos et al. Pluriatividade como estratégia de renda: o caso de um agricultor familiar na comunidade ribeirinha São João Batista, Pará. **Revista Tecnologia e Sociedade**, 11(23), 89-105. 2015.
- FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **Sustainable diets and biodiversity: directions and solutions for policy, research and action. Biodiversity and sustainable diets united against hunger**. Rome: Food and Agricultural Organization, 2010.
- FAO. **What is family farming?** Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-familyfarming/pt/?fb_locale=en_GB>. Acesso em: nov. 2018.
- FÁVERO, L. P et al. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.-L. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: EDUFRGS/EDUFBA, 2004
- GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G. **A agroindústria familiar: uma estratégia de agregação de valor a produção e renda das famílias rurais**. Apresentação Oral-Agricultura Familiar e Ruralidade. 2008.
- HAIR Jr., J. F. et al. **Análise Multivariada de Dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HOMMA, A.K.O. **Sinergia de mercados como indicador para aplicação dos recursos do FNO na Amazônia**. Belém. Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, 2001.
- IBGE. Censo Agropecuário 2006: **Agricultura Familiar - Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Brasília: MDA: Rio de Janeiro: MPOG, 2009. 267p. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3594546>. Acesso em: 31.01 2015.
- KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida**. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá. “Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional”, 2004.

LEITE, S. P. Crédito rural. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.) **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Qualidade ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado**. 2008. Disponível em: < http://www.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/agroindustria/contents/bug?bug_number=27>. Acesso em: 12 set. 2011.

MEDINA, G.; NOVAES, E. **Percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre suas condições de vida**. Revista Interações, Campo Grande, v. 15, n. 2, p. 385-397, jul./dez. 2014.

MERGAREJO NETTO, M. **A Agricultura familiar e sua organização**. ACTA GEOGRÁFICA, v. 2, n. 4, p. 17-30, 2008.

MOURA, M. F. P. **Otimização dos processos produtivos: um estudo na cooperativa mista agroindustrial vale dos guaribas**. Trabalho de conclusão de curso submetido a Universidade Federal do Piauí, para título de graduação. Picos-PI, 2013. Disponível em: [http://www.ufpi.br/subsiteFiles/admpicos/arquivos/files/TCC%20OFICIAL%20atualizado%2006-05-132\(1\).pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/admpicos/arquivos/files/TCC%20OFICIAL%20atualizado%2006-05-132(1).pdf). Acessado em: jul. 2018.

OLIVEIRA, R. S.; SANTOS, J. L. Do pioneirismo de Rochdale ao Cooperativismo/Associativismo no Capitalismo – Uma análise do controle do estado no espaço agrário brasileiro. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, Sobral-CE, V. 14, n. 1, p. 69-80, 2012. Disponível em: www.uvanet.br/rcgs.

RIBEIRO, J. P. **A saga da extensão rural em Minas Gerais**. São Paulo: Annablume; Minas Gerais: CPP/Emater, 2000.

RODRIGUES, E. C. N., RIBEIRO, S. C. A., SILVA, F. L. *Não padronização de procedimentos operacionais em agroindústria familiar de polpa de frutas e seus efeitos na renda e satisfação dos associados*. Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana. Brasil, 2015. Disponível em < <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/2015/polpa-frutas.html>>. Acesso 06 de jul. de 2017.

RODRIGUES, E. C. N., RIBEIRO, S. C. A., SILVA, F. L. SANTOS, Y. B. I. *Influência do empreendimento econômico solidário na satisfação do produtor rural no município de Tomé Açu-Pa*. Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana. Brasil, 2015. Disponível em <http://eumed.net/cursecon/ecolat/br/15/emprendimiento-economico.html>. Acesso 06 de jul. de 2017.

RUTKOWSKI, J. **A integração de cadeias produtivas com a abordagem da manufatura sustentável**. XXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Anais. Rio de Janeiro. 2008.

SANTANA, R. M. **Os caminhos da regularização fundiária no município de Concórdia do Pará/PA** (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo). 2010.

SANTOS, G. R. **Agroindústria no Brasil: um olhar sobre indicadores de porte e expansão regional**. 2014.

SANTOS, J. A. N. dos; CARNEIRO, W. M. A.; BRAINER, M. S. de C. P.; SOUZA, G. S. de; SILVA, C. E. G. **A agroindústria de alimentos de frutas e hortaliças no Nordeste e demais áreas de atuação do BNB: desempenho recente e possibilidades de políticas** – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

SOUZA, F. B. **Associativismo Rural: uma análise da Associação Comunitária Barra da Espingarda em Caicó/RN**. Caicó: UFRN, 2016.

SOUZA, R. P. *Indicadores de Desenvolvimento Rural: avanços para uma proposta de análise municipal*. **G&DR**. v. 15, n. 2, Edição Especial, p. 120-128, Taubaté, SP, Brasil, 2019.

TIRIBA, L. **A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do**

trabalho. In: SINGER, P; SOUZA, A. R. (orgs.) A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

ZIGER, V. **O Crédito Rural e a Agricultura Familiar: desafios, estratégias e perspectivas. Coletânea Pequenos Negócios: Desafios e Perspectivas: Serviços Financeiros.** Brasília: SEBRAE/NA, 5. 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abertura econômica 62, 64, 67, 78, 79, 83, 84

Agroecologia 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 132, 138

Análise Fatorial 17, 21, 23, 24, 108, 124

B

Baía do Sol 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15

Brasil 5, 6, 9, 12, 13, 16, 18, 20, 21, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 61, 63, 64, 65, 67, 69, 86, 107, 109, 120, 122, 129, 131, 133, 134, 139, 160, 177, 178, 182, 187, 188, 189, 190, 191

C

Campesinato 38, 41, 48

Capital Intelectual 149, 152, 154, 160

CO2 191, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202

Comunidade 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 22, 26, 29, 33, 34, 35, 38, 39, 45, 46, 53

Concórdia do Pará 17, 18, 22, 26, 36

Conhecimento 8, 44, 58, 64, 65, 109, 129, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 159, 160, 161

Covid19 162, 163, 164, 171, 174, 175

Crise 45, 104, 162, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 183, 184, 201

D

Desempenho 21, 27, 36, 55, 57, 118, 130, 134, 135, 140, 141, 142, 143, 153, 154, 155, 157, 203

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 15, 16, 19, 20, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 58, 62, 63, 64, 86, 87, 88, 89, 104, 107, 108, 109, 128, 129, 132, 138, 142, 144, 147, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 159, 160, 161, 180, 203

Dinheiro 5, 11, 13, 41, 164, 165, 166, 167, 172, 173, 176, 185

Discriminação salarial 62, 78, 84

E

Economia Solidária 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 19, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48

Educação Emancipatória 38, 39, 42, 44

Empreendimento 17, 19, 23, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36

Empresa 4, 43, 44, 51, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 93, 96, 110, 111, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 142, 152, 153, 155, 157, 159, 160, 164, 170, 171

Energy 191, 192, 194, 195, 201, 202

Especialização 86, 88, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 103, 104, 203

Ethanol 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202

F

Fluxo de caixa 130, 135, 137

Fortaleza 1, 2, 5, 9, 12, 36

G

Gestão participativa 17, 33, 34, 144

H

Hegemonia 177, 178, 179, 180, 181, 182, 187, 188, 189, 190

I

Indústria 43, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 81, 83, 84, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 109, 116, 117, 118, 120, 123, 125, 126, 127, 132, 138, 160, 201, 202

L

Leite 31, 36, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

Liderança 50, 51, 52, 57, 59, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 154

Localização 23, 70, 86, 89, 90, 91, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 110

M

Margens 54, 130, 135, 136

Mercado 3, 4, 5, 6, 18, 19, 20, 21, 22, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 41, 43, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 65, 66, 67, 69, 83, 89, 104, 107, 108, 109, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 138, 140, 141, 151, 152, 154, 156, 165, 166, 183, 184, 186, 187

Moeda 1, 3, 16

Motivação 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 154, 156, 157, 158

MST 38, 39, 40, 41, 45, 46, 47, 48

Mulheres 40, 41, 49, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 68, 71, 78, 79, 80, 82, 84

Município 17, 22, 25, 26, 36, 70, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129

N

Neoliberalismo 177, 182, 186, 187

O

Organização 5, 6, 9, 17, 18, 19, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 50, 53, 57, 61, 111, 117, 139, 141, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 181

P

Pandemia 165, 166, 167, 168, 172, 173, 174

Pará 1, 2, 3, 10, 17, 18, 20, 21, 22, 26, 29, 34, 35, 36

Paraná 62, 70, 72, 75, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 96, 104, 105, 106, 107, 109, 115, 122, 123, 129

Portugal 107, 129, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 171, 173, 174

Produção Orgânica 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139

Propriedade 4, 25, 30, 38, 40, 41, 43, 44, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 152, 153, 203

R

Raça 49, 50, 60, 62, 64, 65, 67, 70, 74, 76, 78, 81, 83

Resultados Organizacionais 140, 141, 146, 147

Revolução Industrial 49, 50, 51, 53, 54, 55, 58, 59, 155, 156

S

Salário 57, 62, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Satisfação 11, 15, 17, 19, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 145, 146, 153

Setor Industrial 65, 96, 103, 107, 108, 112, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 154

Sexo 62, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 82, 83, 109

Sistema Financeiro 177, 178, 181, 182, 184, 186, 187, 189, 190

Sociedade 3, 4, 5, 9, 34, 35, 38, 40, 42, 46, 66, 70, 130, 131, 149, 150, 151, 153, 154, 160, 161, 174, 179, 186, 203

Sugarcane 191, 192, 193, 194, 195, 200, 201, 202

T

Toledo 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129

Trabalhador 41, 45, 55, 58, 69, 70, 71, 76, 78, 145, 154, 157

Trabalho 4, 5, 8, 10, 15, 17, 18, 19, 20, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 67, 69, 83, 85, 86, 87, 98, 104, 107, 109, 112, 114, 118, 128, 129, 130, 133, 134, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 178, 180, 181, 184, 188, 191

 **Atena**
Editora

2 0 2 0